

O Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música (GAP) organizou, nos dias 27 e 28 de março, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), na cidade do Rio de Janeiro, seminário para discutir a educação musical na escola.

Em dezembro de 2007, foi aprovado no Senado Federal um Projeto de Lei (PL) que altera a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino de música nas escolas, retirado dos currículos escolares na década de 1970.

Com o objetivo de mobilizar a sociedade pelo retorno da obrigatoriedade do ensino de música na educação básica, o seminário congregou representantes de diversos setores da sociedade. Membros dos poderes legislativo e executivo, educadores e músicos, além de representantes do terceiro setor e de instituições artístico-culturais e editoriais, reuniram-se para discutir temáticas específicas em quatro mesas-redondas assim constituídas:

Mesa 1: O Projeto de Lei

Senador Roberto Saturnino (representante da Comissão de Educação, Cultura e Esportes e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social do Senado Federal)
Deputado Marcelo Freixo (Comissão de Direitos Humanos da ALERJ - PSOL-RJ)
Prof. Dr. Sergio Figueiredo (Presidente da Associação Brasileira de Educação Musical - ABEM)
Mario Ficarelli (Academia Brasileira de Música - ABM, USP e Conservatório de Tatuí)
Eneida Soller (Cooperativa de Músicos - SP)
Moderador: Felipe Radicetti (Coordenador do GAP)

Mesa 2: Como deve ser a educação musical no Brasil

Profa. Dra. Luciana Del Ben (UFRGS)
Profa. Dra. Vanda Lima Bellard Freire (UFRJ)
Carla Mariana da Silva Verdan (Escola de Música da Rocinha e Grupo Chorando à Toa)
Carlos Mendes de Araújo (Escola de Música da Rocinha e Grupo Chorando à Toa)
Moderador: Prof. Dr. José Nunes Fernandes (UNI-RIO)

Mesa 3: Educação musical formal e educação musical informal

Sérgio Barboza (Músico e coordenador pedagógico do Programa Villa-Lobinhos)
Gilberto Figueiredo (Diretor da Escola de Música da Rocinha)
Glícia Campos (Sala Cecília Meireles)
Fernanda Abreu (Cantora e compositora)
Regina Vassimon (Coordenadora do Programa Escola Aberta-RJ)
Moderador: Prof. Dr. José Nunes Fernandes (UNI-RIO)

Mesa 4: A implantação do Projeto de Lei

Profa. Cecília Conde (Diretora do Conservatório Brasileiro de Música)
Sra. Heloisa Fischer (Editora da Revista Viva Música!)
Sra. Claudia Toni (Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo)
Moderador: Felipe Radicetti (Coordenador do GAP)

O principal desafio, no momento, como apontado pelo Senador Roberto Saturnino, é impulsionar o andamento do PL na Câmara dos Deputados. Apesar de contar com amplo apoio da sociedade civil, o Senador alertou que resistências poderão surgir tanto da parte do poder legislativo quanto do poder executivo, já que a implantação do projeto, caso aprovado na Câmara, envolverá gastos nos setores públicos.

A idéia da obrigatoriedade do ensino de música nas escolas, como ressaltou o compositor Mário Ficarelli, é oportunizar a ampliação dos saberes dos alunos. O que está em jogo, portanto, é a melhoria da qualidade da educação de crianças e jovens. A fala de Sergio Figueiredo, presidente da Associação Brasileira de Educação Musical, reforçou a idéia de que não há como transformar a educação sem investimentos em recursos humanos e materiais, o que inclui formação e contratação de professores de música, ampliação e adequação do espaço físico das escolas, aquisição de recursos, como instrumentos musicais e materiais didáticos, por exemplo. A precariedade que atinge a maioria das escolas públicas de educação básica precisa ser levada em consideração, observou o Deputado Marcelo Freixo. Sem dúvida, esses são possíveis entraves, como bem destacou a assessora da Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, Cláudia Toni.

A articulação com os parlamentares, incluindo os representantes das assembleias estaduais, portanto, é fundamental para a aprovação do Projeto de Lei, no sentido de sensibilizá-los para a importância da música e de delinear formatos ou propostas possíveis e viáveis para o ensino de música nas escolas. A sugestão de Eneida Soller, da Cooperativa de Músicos de São Paulo, é também trabalhar junto às secretarias de educação para buscar metodologias de implantação do Projeto de Lei.

As professoras Luciana Del Ben e Vanda Freire enfatizaram que não é possível pensar em uma única proposta ou formato de ensino, ou mesmo em um currículo único a ser desenvolvido em âmbito nacional. Isso iria em direção contrária à atual legislação educacional brasileira, que reconhece a autonomia das escolas na elaboração de seus projetos político-pedagógicos. Vanda Freire destacou ainda que a educação musical escolar no Brasil deve ser múltipla, aproveitando as experiências já existentes e observando as diferentes experiências dos próprios alunos na formação musical e a diversidade que caracteriza nossa cultura. A valorização da diversidade também foi fortemente defendida pela compositora e professora Silvia de Lucca.

Os relatos apresentados pelos jovens músicos Carlos de Araújo e Carla Verdã e por Sérgio Barboza, Gilberto Figueiredo, Glícia Campos e Heloísa Fischer exemplificaram propostas e sinalizaram princípios e práticas que poderão orientar o trabalho a ser desenvolvido pelas escolas e professores. Esses relatos também são exemplos de superação de dificuldades e entraves em direção ao desenvolvimento de propostas de ensino e aprendizagem de música em contextos diversos.

A integração da escola com a comunidade e, de modo mais amplo, com a realidade atual, é condição fundamental para construirmos propostas significativas de educação musical, ressaltaram Fernanda Abreu e Regina Vassimon. Isso exige ampliar o próprio conceito de educação e de música e suas funções na sociedade. Para Fernanda Abreu, programas de educação musical devem contemplar toda a cadeia produtiva da música, incluindo produção, recepção, distribuição e consumo.

Nesse processo, destacou Silvia de Lucca, é fundamental o debate com pessoas experientes e o diálogo com projetos bem sucedidos, tanto os antigos quanto os atuais, sempre tendo em mente a valorização da diversidade.

Como educadora que vem ajudando a construir a trajetória da educação musical brasileira ao longo das últimas décadas, Cecília Conde destacou envolvimento dos diferentes setores da sociedade no movimento atual em defesa da educação musical e defendeu a criação de fóruns regionais para discutir formas de implementação da educação musical em nossas escolas de educação básica. Encerrando o seminário, a participação de Cecília Conde é um exemplo do engajamento e da mobilização necessários a todos aqueles que se interessam pela

melhoria da educação, o que inclui a educação musical, das crianças e jovens do nosso país.